

**LEI COMPLEMENTAR Nº 776, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015.**

**Altera os arts. 23 e 26 e revoga o § 1º do art. 22, os incs. I a IV do *caput* e o parágrafo único do art. 23 e os arts. 24 e 25 da Lei Complementar nº 694, de 21 de maio de 2012, excluindo proibições estabelecidas para a comercialização de animais e determinando a esterilização, a microchipagem, a identificação e o registro de animais comercializados no Município de Porto Alegre.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE**

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere o inciso II do artigo 94 da Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º VETADO.**

**Art. 2º** Fica alterado o art. 26 da Lei Complementar nº 694, de 2012, conforme segue:

“Art. 26. Aplicar-se-ão, na íntegra, para os estabelecimentos que comercializem animais domésticos, as regras definidas para canis e gatis nesta Lei Complementar, em especial as exigências estabelecidas nos arts. 22, 35, 36, 37, incs. I e VI, e 39.” (NR)

**Art. 3º** Os estabelecimentos comerciais têm o prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de publicação desta Lei Complementar, para se adequarem às suas disposições.

**Art. 4º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de publicação.

**Art. 5º VETADO.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 23 de outubro de 2015.

José Fortunati,  
Prefeito.

Maurício Silveira de Oliveira,  
Secretário Especial de Direito Animais.

Registre-se e publique-se.

Ronaldo Lopes Garcia,  
Secretário Municipal de Gestão, em exercício.